

Nomeação como coordenadora da equipa de projecto para a prospectiva e avaliação do PIDDAC do Ministério do Ambiente (Outubro de 1998 a Outubro de 2000);

Técnica superior principal no Gabinete de Planeamento e Controlo da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, desempenhando funções na área de coordenação do PIDDAC do Ministério da Cultura (Janeiro de 1996 a Março de 1998);

Técnica superior de 1.ª classe na Direcção de Serviços do Investimento do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento, com funções na preparação anual do PIDDAC, na análise e acompanhamento da execução de programas e projectos no mesmo âmbito e colaboração na elaboração dos documentos de análise do PIDDAC (Setembro de 1990 a Janeiro de 1996);

Técnica superior de 2.ª classe no Departamento de Estatística do Ministério do Emprego e da Segurança Social, com funções na concepção dos instrumentos necessários ao desenvolvimento dos trabalhos de várias operações estatísticas, da fase inicial até à saída de resultados, coordenação global na área de estatística e articulação com a área de informática, coordenação das equipas da análise de projectos estatísticos [«Balanço social» (1986-1989), «Inquérito à gestão do tempo de trabalho 1987» e «Inquérito às necessidades de formação profissional das empresas 1990»] (Fevereiro de 1987 a Setembro de 1990);

Ingresso na função pública no Departamento de Estatística do Ministério do Trabalho e da Segurança Social, como técnica auxiliar, integrando a equipa de análise dos quadros de pessoal na Divisão de Estatísticas de Fontes Administrativas (Outubro de 1977 a Fevereiro de 1987).

Artigo publicado comunicação sobre o tema «Balanço social — Potencialidades da informação disponível e seu aproveitamento estatístico», apresentada na 3.ª RIESLOP — Reunião Internacional sobre Estatísticas Sociais dos Países de Língua Oficial Portuguesa (Outubro de 1989), edição SICT-MESS, 1991.

Despacho n.º 12 016/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do MAOTDR;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que a licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha para exercer, em regime de substituição, o cargo de directora de serviços de Gestão de Recursos Humanos, Modernização e Qualidade da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Maria do Rosário Santos Silva Galheto Coxilha;
Naturalidade — Castelo Branco;
Data de nascimento — 23 de Maio de 1960.

Qualificações académicas — licenciatura em Antropologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, com a classificação de 16 valores.

Formação profissional:

Seminário de Alta Direcção, realizado no INA;
Participação, a nível nacional e internacional, em cursos, seminários, congressos, conferências e encontros técnicos e científicos nas áreas de gestão de recursos humanos, gestão da formação, avaliação de desempenho de pessoas e organizações, indivíduos e organizações — relacionamento interpessoal, regime geral da função pública, legislação laboral, qualidade, modernização, reforma da Administração Pública, auditoria de recursos humanos, etc.

Experiência profissional:

Iniciou funções públicas em 30 de Janeiro de 1986, na Escola Superior de Teatro e Cinema, do Instituto Politécnico de Lisboa;

Ingressou no quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional (MAOTDR) em 1 de Julho de 1997;

Detém a categoria de técnica superior principal, da carreira técnica superior, desde 5 de Setembro de 2005;

Representante da Secretaria-Geral do MCOTA, junto de diversas entidades e grupos de trabalho, nomeadamente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres (2002) e Conselho de Saúde e Segurança no Trabalho;

Chefe da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do MAOTDR, desde 16 de Outubro de 2002.

Despacho n.º 12 017/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que o licenciado António Cândido Lopes Madureira possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de director de serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio o licenciado António Cândido Lopes Madureira para exercer, em regime de substituição, o cargo de director de serviços de Assuntos Jurídicos e de Contencioso da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

António Cândido Lopes Madureira.

Nascido a 13 de Agosto de 1952, em Tomar, freguesia de São João Baptista.

Licenciado em Direito, em Outubro de 1976, pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa. Efectuou o estágio para exercício da advocacia, terminado em 1978.

Carreira profissional:

Desempenhou a actividade de professor do ensino secundário na Escola Secundária Rainha Dona Leonor, no ano lectivo de 1976-1977;

Integrou o quadro da Direcção-Geral dos Serviços Pecuários e, posteriormente, da Direcção-Geral dos Serviços Veterinários de 1977 a 1993;

Prestou serviço no Gabinete do Secretário de Estado do Fomento Agrário, do Secretário de Estado da Agricultura, do Secretário de Estado dos Recursos Naturais e do Secretário de Estado da Justiça;

Igualmente nos Gabinetes do Ministro do Ambiente e dos Recursos Naturais (chefe do Gabinete) e do Ministro da Defesa Nacional;

Foi secretário-geral do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais de 1993 a 1996;

Integrou a comissão de reorganização das actividades industriais de defesa (CRACID); foi secretário do conselho de administração da EMPORDEF — Empresa Portuguesa de Defesa (SGPS), S. A., holding do Estado para a Indústria de Defesa, secretário-geral desta sociedade de capitais exclusivamente públicos e vogal do conselho de administração da IDD — Indústria de Desmilitarização e Defesa, S. A.;

Grande parte da actividade profissional desenvolvida prendeu-se com assuntos quer de contencioso administrativo, quer de formulação de legislação, quer ainda no apoio administrativo e de recursos humanos, tudo no âmbito dos gabinetes, empresas e serviços onde prestou serviço. Actualmente desenvolve a sua actividade na auditoria jurídica do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

Actividades relevantes e representações institucionais:

Integrou o grupo de trabalho que teve como objectivo proceder à harmonização da legislação veterinária portuguesa com a legislação comunitária;

Designado substituto do subdirector-geral dos Serviços Veterinários para os assuntos relacionados com a problemática da adesão de Portugal à CEE;

Assessorou o grupo de trabalho para estudo do trânsito ilegal de gado de e para Espanha, bem como o respeitante à revisão do «Crédito à Pecuária sem terra», na DGSV;

Presidiu ao grupo de trabalho interministerial respeitante à circulação de gado no território do continente;

Representante da DGSV junto do Conselho Nacional de Higiene e Segurança do Trabalho;

Nomeado inquiridor aos concursos de carne congelada realizados na Região Autónoma da Madeira;

Membro do «Comité Consultivo para a Formação de Veterinários» e do grupo de trabalho comunitário sobre circulação de veterinários; Enquadrado, em 1992, a do Ministério do Ambiente e Recursos Naturais quando Portugal assumiu a presidência da Comunidade Europeia;

Chefiou a Delegação Técnica à Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento, em 1992;

Co-responsável pela reforma do notariado e responsável pela direcção dos trabalhos de revisão do modelo retributivo para as carreiras dos registos no âmbito da DG dos Registos e do Notariado, nos anos de 2003 a 2005.

Despacho n.º 12 018/2007

Considerando a publicação do Decreto Regulamentar n.º 52/2007, de 27 de Abril, que definiu a missão, atribuições e tipo de organização interna da Secretaria-Geral do MAOTDR;

Considerando a publicação da Portaria n.º 525/2007, de 30 de Abril, que definiu a estrutura nuclear da Secretaria-Geral e as respectivas competências;

Considerando que a licenciada Paula Cristina Teixeira Gonçalves possui a experiência profissional e reconhecidas aptidões técnicas para exercer o cargo de directora dos Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, como atesta, aliás, a nota curricular que se publica em anexo ao presente despacho e que dele faz parte integrante;

Assim, ao abrigo e nos termos do disposto nos artigos 20.º e 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada a licenciada Paula Cristina Teixeira Gonçalves, para exercer, em regime de substituição, o cargo de directora de Serviços de Gestão Financeira e Patrimonial da Secretaria-Geral do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional.

1 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Nota curricular

Identificação:

Nome — Paula Cristina Teixeira Gonçalves;
Naturalidade — Luanda, Angola;
Nacionalidade — portuguesa;
Data de nascimento — 24 de Dezembro de 1972.

Qualificações académicas e profissionais:

Licenciatura em Economia pela Universidade Lusíada (1995);
Disciplina extracurricular Fiscalidade da Licenciatura de Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1996);

Curso de pós-graduação MBA em Marketing e Finanças Internacionais pela Universidade Moderna (1996);

Aprovação curricular do mestrado em Economia Monetária e Financeira pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1997);

Disciplina extracurricular Auditoria/Revisão de Contas da licenciatura em Gestão pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (1999);

Curso de pós-graduação em Contabilidade, Finanças Públicas e Gestão Orçamental pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa (2001);

Seminário de alta direcção na Administração Pública promovido pelo Instituto Nacional de Administração, de 11 a 15 de Outubro de 2004;

Curso de formação profissional FORGEP — Programa de Formação em Gestão Pública, que decorreu de 6 de Fevereiro a 28 de Abril de 2006, tendo obtido a classificação de 16 valores;

Participação em seminários, congressos, conferências nacionais e internacionais no âmbito da reforma do Estado e da Administração Pública, dos serviços partilhados, das melhores práticas e-Government, das regras e técnicas de negociação em contratação pública, da contabilidade — POCP, da fiscalidade, do Orçamento de Estado, das prestações de contas e informação contabilística, do Código de Trabalho e sua regulamentação; das compras públicas electrónicas, da avaliação de desempenho de pessoas e organizações, do QCA III e a programação financeira comunitária 2007-2013, da gestão documental e da gestão de conteúdos e processos.

Experiência profissional:

Ingressou no quadro de pessoal do Instituto Camões, em Janeiro de 1996, na carreira técnica superior, desempenhando funções de apoio técnico na área de gestão orçamental, do património e economato e funções de investigação, estudo, concepção de métodos e processos científico-técnicos, tendo em vista a decisão superior; foi representante do Instituto Camões no núcleo de formação para for-

madores do euro na Administração Pública;

Detém a categoria de técnica superior principal, da carreira técnica superior do quadro do Instituto Camões, desde 19 de Maio de 2006;

Directora de Serviços de Administração da Secretaria-Geral do MAOTDR, desde 1 de Maio de 2004, onde exerceu as funções de coordenação das actividades inseridas nas áreas da administração financeira e patrimonial, planeamento, recursos humanos, expediente e arquivo;

Prestou apoio técnico na gestão financeira de projectos financiados pela Comissão Europeia, no ISCTE;

Membro da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas.

Rectificação n.º 816/2007

O aviso n.º 7869/2007, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 83, de 30 de Abril de 2007, saiu com inexactidão. Assim, onde se lê:

«Nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 29 de Março de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de um lugar da categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, constante da Portaria n.º 440/94, de 30 de Junho.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento do lugar mencionado, caducando com o seu preenchimento.

[...]

5 — Conteúdo funcional — ao lugar a prover correspondem funções de natureza executiva nas áreas de administração de pessoal, apoio administrativo e processamento de texto.»

deve ler-se:

«Nos termos da alínea *a*) do n.º 4 do artigo 6.º, do n.º 2 do artigo 8.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, autorizado por meu despacho de 29 de Março de 2007, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para provimento de dois lugares da categoria de assistente administrativo especialista, da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal desta Secretaria-Geral, constante da Portaria n.º 440/94, de 30 de Junho.

1 — Validade do concurso — o concurso visa exclusivamente o provimento dos lugares mencionados, caducando com o seu preenchimento.

[...]

5 — Conteúdo funcional — aos lugares a prover correspondem funções de natureza executiva nas áreas de administração de pessoal, património e economato, bem como o apoio administrativo e processamento de texto.»

2 de Maio de 2007. — A Secretária-Geral, *Maria Helena Fernandes*.

Instituto Geográfico Português

Aviso n.º 10 886/2007

Por efeito de alteração estatutária registada em 24 de Outubro de 2006, a empresa licenciada para o exercício das actividades de topografia e nivelamento, triangulação aérea, restituição fotogramétrica, numerização de informação cartográfica, edição de dados cartográficos e ortorrectificação, no domínio da produção de cartografia, pelo alvará n.º 2/2000-CT, válido até 16 de Maio de 2010, adoptou a firma Blom Portugal, L.^{da}

14 de Março 2007. — O Presidente, *Arménio dos Santos Castanheira*.

2611020661

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DA AGRICULTURA, DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS.

Despacho n.º 12 019/2007

A declaração de utilidade pública das expropriações dos bens imóveis afectados pela implantação do adutor e estação elevatória da